

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

262 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 19 a 23 de janeiro de 2026

1. SESSÃO SOLENE DO PE - 40 ANOS DA ADESÃO DE PORTUGAL E ESPANHA	1
2. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO EUROPEU	2
3. DAVOS - FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL	3
4. ACORDO UE-MERCOSUL - DESENVOLVIMENTOS	5
5. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - DESTAQUES	6
Relatórios anuais sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia	6
Acordo comercial UE-EUA - suspensão	7
Debate sobre o Conselho Europeu de dezembro	7
Moção de censura da Comissão Europeia	7
6. ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA - RELATÓRIO DO PE	8
7. REUNIÕES DO CONSELHO	8
8. AGENDA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. SESSÃO SOLENE DO PE - 40 ANOS DA ADESÃO DE PORTUGAL E ESPANHA

O Parlamento Europeu (PE) assinalou, em **sessão solene** em Estrasburgo, o **40.º aniversário da adesão de Portugal e de Espanha às então Comunidades Europeias**, hoje União Europeia (detalhe [aqui](#)). A cerimónia, promovida pela presidente do Parlamento Europeu, contou com a presença do Presidente da República Portuguesa e do Rei de Espanha, evocando um momento histórico que marcou a consolidação democrática dos dois países e o seu pleno enraizamento no projeto europeu. A adesão, formalizada em 1986, é amplamente reconhecida como um ponto de viragem político, económico e social, tanto para Portugal e Espanha como para a própria União, que desde então se expandiu de 12 para 27 Estados-Membros.



O think-tank do PE disponibilizou uma nota de síntese sobre a adesão de Portugal, disponível [aqui](#). O vídeo integral da sessão pode ser visto [aqui](#).

Na sua intervenção, a presidente do PE, Roberta Metsola, sublinhou o compromisso duradouro de Portugal com o projeto europeu e o impacto transformador da adesão dos países ibéricos, que abriu “*um novo capítulo de liberdade e de oportunidades*”, reforçando a democracia e a coesão europeia. Destacou ainda o papel de Portugal e de Espanha como pontes da Europa para a América Latina e África, contribuindo para uma atuação europeia mais afirmativa além-fronteiras. Enfatizando que a Europa é um projeto em permanente evolução, afirmou que o PE tem a responsabilidade de agir com determinação e transparência para preparar a União para os próximos 40 anos, num contexto de mudança e adaptação constantes.

No seu discurso ([aqui](#)), **Felipe VI** evocou o 40.º aniversário da adesão de Espanha às Comunidades Europeias como um “*reencontro*” com a Europa, após a rutura provocada pela guerra civil e por décadas de ditadura. Recordou a assinatura do Tratado de Adesão, em junho de 1985, sublinhando que esse momento histórico coexistiu com a violência terrorista da época, prestando homenagem às vítimas “*do terrorismo, do ódio e da violência*”. Referiu ainda a forte solidariedade europeia manifestada após o recente acidente ferroviário em Córdoba, considerando-a expressão do “*espírito e sentimento europeu*” que constitui um património comum.

O Rei destacou a integração europeia como decisiva para a transformação democrática, económica e social de Espanha, assinalando progressos concretos e afirmando que, “*40 anos depois da adesão*”, o país “*se reconhece por inteiro no projeto de construção da Europa unida*”, num processo também marcado pelo contributo espanhol para áreas-chave da construção europeia. Numa leitura voltada para o futuro, Felipe VI alertou para os riscos da desmemória e da banalização do projeto europeu, afirmando que “*nunca como nestes tempos escuros a ideia de Europa foi tão necessária*”, defendendo uma UE assente em valores, regras e diálogo, capaz de reforçar a sua defesa, autonomia estratégica e políticas internas em domínios como a inovação e a inteligência artificial, e apelou às gerações mais jovens para que continuem a “*defender, alimentar e fazer crescer*” o legado europeu.

No seu discurso ([aqui](#)), Marcelo Rebelo de Sousa situou a adesão de Portugal às Comunidades Europeias numa perspetiva histórica longa, sublinhando que o país “*nasceu na Europa*” e de “*linhagens europeias*”, mas sempre marcado por uma profunda abertura ao mundo. Evocando a diversidade de origens culturais, étnicas e religiosas que moldaram a identidade nacional, afirmou de forma clara que “*não há portugueses puros, há portugueses diversos, na sua riqueza cultural*”, concluindo que Portugal é simultaneamente europeu e universal. Esta vocação histórica, marcada por séculos de diáspora e contacto com outros continentes, ajuda a compreender a forma singular como Portugal se integrou no projeto europeu.

O Presidente da República destacou depois a rutura introduzida pela integração europeia no século XX, afirmando que a adesão, há quarenta anos, “*veio mudar a História*”: a história europeia, a história de Portugal e, de forma muito significativa, as relações com Espanha. Essa mudança traduziu-se, nas suas palavras, em liberdade, democracia, Estado de direito, desenvolvimento e justiça social, simbolizada também pela fraternidade luso-espanhola. Foi igualmente taxativo ao afirmar que, apesar de todas as críticas possíveis, tudo o que de negativo se possa apontar à União Europeia “*é nada comparado com aquilo que lhe devemos*”.



Numa leitura política e prospetiva, Marcelo Rebelo de Sousa alertou contra a tendência para “*esquecer, minimizar, diminuir a Europa e o seu papel no mundo*” e apelou a uma Europa reconstruída “*sem medos, sem inibições, sem complexos*”. Reafirmou o valor das alianças e do multilateralismo, sublinhando que “*as nossas alianças e parcerias valem mais do que a espuma, mesmo sedutora, de cada dia*”, e advertiu que “*não há quem consiga hoje refazer pela força a divisão de hemisférios do passado e sonhar controlar o seu hemisfério, ou resolver problemas universais por si só*”, pois “*falhará quem o tente no século XXI, como falharam outros no século XX*”. Concluiu com uma afirmação identitária forte — “*Europeus sempre. Transatlânticos sempre. Universais sempre*” — e com a garantia de que Portugal “*nunca, mas nunca mesmo, desistirá da Europa*”, porque desistir da Europa seria desistir de uma parte essencial de Portugal.

2. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO EUROPEU

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, convocou os Chefes de Estado ou de Governo para um jantar de trabalho em Bruxelas, a 22 de janeiro de 2026, com o objetivo de analisar “*os desenvolvimentos recentes nas relações transatlânticas e as suas implicações para a União Europeia*” e de “*coordenar a forma de avançar*”. Como sublinhava António Costa na carta-convite, tratava-se de um exercício deliberadamente informal, mas politicamente substantivo, destinado a reforçar a unidade europeia e a articulação entre instituições num contexto internacional em rápida transformação.

Nas conclusões orais apresentadas após esta reunião informal, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, sublinhou que a União Europeia e os Estados Unidos continuam a ser parceiros e aliados históricos, ligados por valores comuns e por um compromisso partilhado com a prosperidade e a segurança. Enfatizou que as relações entre parceiros devem ser conduzidas de forma “*cordial e respeitosa*” e destacou o interesse comum na segurança da região do Ártico, nomeadamente no quadro da NATO, afirmando que a UE assumirá também um papel mais forte nessa região. Neste contexto, foi categórico ao afirmar que “*o Reino da Dinamarca e a Gronelândia têm o pleno apoio da União Europeia*” e que “*apenas o Reino da Dinamarca e a Gronelândia podem decidir sobre assuntos que lhes dizem respeito*”, reafirmando o apego da UE aos princípios do direito internacional, da integridade territorial e da soberania nacional.

O Presidente considerou positiva a confirmação de que não serão introduzidas novas tarifas norte-americanas sobre a Europa, sublinhando que quaisquer tarifas adicionais seriam incompatíveis com o acordo comercial UE–EUA e que a prioridade passa agora pela sua implementação e pela “*estabilização efetiva das relações comerciais*” transatlânticas. Ao mesmo tempo, reiterou que a União Europeia “*continuará a defender os seus interesses*” e está preparada para se proteger, bem como aos seus Estados-Membros, cidadãos e empresas, “*contra qualquer forma de coerção*”, dispondo dos instrumentos necessários para o fazer, se e quando necessário. Manifestou ainda disponibilidade para manter um diálogo construtivo com os Estados Unidos em todas as matérias de interesse comum, incluindo a criação das condições para uma paz justa e duradoura na Ucrânia, expressando, contudo, “*sérias dúvidas*” quanto a vários elementos da carta do denominado *Board of Peace*,

em particular no que respeita ao seu âmbito, governação e compatibilidade com a Carta das Nações Unidas. Por fim, António Costa reafirmou que a UE está concentrada numa agenda ambiciosa para os seus cidadãos (defesa, competitividade e autonomia estratégica), anunciando que a próxima reunião de líderes, a 12 de fevereiro, será dedicada a uma reflexão estratégica sobre o reforço do mercado interno num novo contexto geoeconómico.

Nos últimos dias, surgiram vários rumores entre os governos europeus quanto ao conteúdo exato do alegado entendimento alcançado sobre a Gronelândia entre o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, e o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ainda assim, das trocas de informações resultam **quatro pontos que parecem constituir a base do acordo**: **(i)** a renegociação do acordo de defesa de 1951 com a Dinamarca, incluindo a eventual adaptação a um futuro sistema de defesa antimíssil e disposições relativas a um eventual cenário de independência da Gronelândia, bem como a extensão do acesso militar norte-americano à ilha; **(ii)** um compromisso geral dos governos europeus para reforçar a sua contribuição para a segurança da região, incluindo a possibilidade de uma missão no âmbito da NATO; **(iii)** um entendimento no sentido de não introduzir novas tarifas entre os Estados Unidos e a União Europeia; e **(iv)** a criação de um mecanismo de supervisão das atividades de exploração de recursos, com o objetivo de evitar que outras potências obtenham vantagens estratégicas no Ártico.

3. DAVOS - FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL

A Reunião Anual de 2026 do *World Economic Forum*, que decorreu em Davos, na Suíça, tem lugar num contexto geopolítico particularmente complexo, marcado por uma crescente fragmentação da ordem internacional e por transformações rápidas associadas à evolução tecnológica (detalhe [aqui](#)). Sob o lema *Um Espírito de Diálogo*, esta edição afirmou-se como uma das mais relevantes da história do Fórum, reunindo cerca de 65 Chefes de Estado e de Governo, incluindo líderes do G7, do G20 e dos países BRICS, bem como aproximadamente 850 presidentes executivos e dirigentes de algumas das maiores empresas globais. Como sublinhou o Presidente e Diretor-Executivo do Fórum, Børge Brende, *“o diálogo não é um luxo em tempos de incerteza; é uma necessidade urgente”*. Todo o detalhe desta reunião, que marcou a agenda da semana, está disponível [aqui](#), incluindo os discursos dos vários líderes, *inter alia* (clicar nos links):

- [Ursula von der Leyen](#), Presidente da Comissão Europeia
- [He Lifeng](#), Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China
- [Emmanuel Macron](#), Presidente da República Francesa
- [Mohammed bin Abdulrahman Al Thani](#), Primeiro-Ministro do Catar
- [Mark Carney](#), Primeiro-Ministro do Canadá
- [Mohammad Mustafa](#), Primeiro-Ministro da Autoridade Nacional Palestiniana
- [Donald Trump](#), Presidente dos Estados Unidos da América
- [Javier Milei](#), Presidente da República Argentina
- [Isaac Herzog](#), Presidente do Estado de Israel
- [Friedrich Merz](#), Chanceler Federal da Alemanha
- [Volodymyr Zelenskyy](#), Presidente da Ucrânia

GLOBAL LEADERSHIP
Over 60 heads of state are gathering at Davos 2026. Here's what they're saying



No discurso mais citado do encontro, o Primeiro-Ministro do Canadá, Mark Carney, descreveu o atual contexto internacional como uma *“rutura, não uma transição”*, marcada pelo enfraquecimento da ordem internacional baseada em regras e pela lógica de rivalidade entre grandes potências, onde *“os mais fortes fazem o que podem e os mais fracos sofrem o que têm de sofrer”*. Rejeitando a ideia de inevitabilidade, sustentou que as

potências intermédias podem contribuir para a construção de uma nova ordem ancorada em valores como a soberania, a integridade territorial e os direitos humanos, alertando contra a tentação de “*viver na mentira*”.

A este propósito, evocou Václav Havel e o ensaio *The Power of the Powerless*, defendendo que a aceitação passiva de rituais vazios de uma ordem que já não funciona sustenta a sua própria fragilidade e apelando a que países e empresas “*retirem o cartaz da montra*”. Para Carney, continuar a invocar a ordem internacional baseada em regras “*como se ainda funcionasse como anunciado*” equivale a “*viver na mentira*”: repetir fórmulas de compromisso e de conformidade na esperança de evitar custos imediatos, mesmo quando essas fórmulas deixaram de garantir proteção, previsibilidade ou equidade. Retirar o cartaz significa, assim, reconhecer abertamente que a interdependência deixou de ser apenas uma fonte de prosperidade partilhada e passou a ser também um instrumento de coerção, e agir em conformidade com essa constatação.

Carney advertiu que a instrumentalização da interdependência económica — através de tarifas, cadeias de abastecimento ou infraestruturas financeiras — exige maior autonomia estratégica, mas sublinhou que “*um mundo de fortalezas será mais pobre, mais frágil e menos sustentável*”. Defendeu, em alternativa, um “*realismo baseado em valores*”, combinando princípios e pragmatismo, e uma atuação internacional assente em coligações flexíveis entre parceiros com interesses e valores suficientes para agir em conjunto, alertando que, para as potências intermédias, negociar isoladamente com grandes potências equivale a aceitar subordinação. Concluiu afirmando que o Canadá escolhe nomear a realidade, reforçar a sua base interna, diversificar parcerias e agir de forma coordenada, reiterando que “*a nostalgia não é uma estratégia*”.

Após este discurso, o convite dirigido ao Canadá para integrar “*o que será o conselho de líderes mais prestigiado alguma vez reunido*” (Conselho da Paz, promovido pelos EUA) foi publicamente retirado pelo próprio Donald Trump.



Dear Prime Minister Carney:

Please let this Letter serve to represent that the Board of Peace is withdrawing its invitation to you regarding Canada's joining, what will be, the most prestigious Board of Leaders ever assembled, at any time.

Thank you for your attention to this matter!

DONALD J. TRUMP
PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA

3.97k ReTruths 13.9k Likes

Jan 23, 2026, 2:50 AM

Relacionado com esta matéria, damos nota de que a décima edição do relatório *Ten issues to watch in 2026*, elaborado pelo Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS), identifica os principais dossiês que marcarão a agenda política da União Europeia ao longo de 2026, num contexto internacional particularmente volátil e exigente. Num cenário caracterizado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pela crescente contestação da ordem internacional baseada em regras, pela intensificação da concorrência geopolítica e por profundas transformações económicas, digitais e climáticas, o relatório procura oferecer uma leitura estruturada dos grandes debates estratégicos que a UE terá de enfrentar. Este trabalho fornece um quadro de referência útil para o acompanhamento da atividade legislativa e política em 2026 (disponível integralmente [aqui](#)).

Ten issues to watch em 2026 (EPRS):

1. **Próximo quadro financeiro plurianual da UE (2028-2034):** alcançar um acordo atempado assegurando simultaneamente um escrutínio democrático efetivo.
2. **Percurso da Ucrânia rumo à integração europeia:** avanços nas negociações de adesão, reformas estruturais e superação de bloqueios políticos no Conselho.
3. **Fecho das lacunas nas capacidades europeias de defesa:** reforço da prontidão militar, cooperação em aquisições conjuntas e redução de dependências estratégicas.
4. **Relações UE–China:** gestão de uma relação cada vez mais complexa, marcada pela concorrência sistémica, riscos económicos e cooperação seletiva em desafios globais.
5. **Impacto da inteligência artificial na Internet:** transformação do ecossistema digital, desafios regulatórios e efeitos na economia da informação e no pluralismo.

6. **Desbloqueio do potencial das start-ups europeias:** superação do “problema do scale-up”, aprofundamento dos mercados de capitais e reforço da competitividade.
7. **Endurecimento das políticas sobre migração irregular:** respostas europeias a pressões internas e externas, cooperação com países terceiros e implicações jurídicas.
8. **Quadro da política climática para a próxima década:** tradução da meta climática de 2040 em legislação concreta, conciliando descarbonização, competitividade e coesão social.
9. **Ação europeia para os oceanos:** possível adoção de um Ato Europeu dos Oceanos e reforço do papel da UE na governação marítima global.
10. **Importância das reformas para a execução eficaz do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR):** cumprimento dos marcos até 2026 e avaliação do legado do instrumento pós-pandemia .

4. ACORDO UE-MERCOSUL - DESENVOLVIMENTOS

Tal como demos nota na Síntese anterior, o **Acordo UE-Mercosul foi assinado no sábado passado** (detalhe [aqui](#)). De igual modo, e como antecipado, o **PE decidiu esta semana solicitar ao Tribunal de Justiça da União Europeia um parecer jurídico sobre a conformidade do Acordo de Parceria UE–Mercosul e do respetivo Acordo Comercial Provisório com os Tratados da União Europeia**. A decisão foi tomada em sessão plenária, mediante a aprovação de uma resolução por uma **maioria estreita** (334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções - detalhe [aqui](#)). A resolução aprovada está disponível [aqui](#), coloca em **apreciação a base jurídica do acordo** e suspende qualquer decisão final do Parlamento sobre a sua aprovação, que apenas poderá ocorrer após a emissão do parecer do Tribunal.

A proposta de resolução parte do enquadramento jurídico e político do **Acordo de Parceria UE–Mercosul** e do **Acordo Provisório sobre comércio**, recordando que o primeiro constitui um **acordo misto**, sujeito à unanimidade no Conselho, à aprovação do Parlamento Europeu e à ratificação pelos parlamentos nacionais, enquanto o **segundo abrange apenas competências exclusivas da União (comércio)**. O Parlamento sublinha que as diretrizes de negociação de 1999 e as conclusões do Conselho de 2018 apontavam claramente para um acordo de associação misto, pelo que a **cisão em dois instrumentos jurídicos suscita dúvidas** quanto ao respeito do mandato negocial, das regras de votação no Conselho e dos direitos dos parlamentos nacionais, podendo configurar uma violação do equilíbrio institucional e da cooperação leal.

Os **considerandos** centrais incidem sobre o **mecanismo de reequilíbrio** previsto no Acordo Provisório sobre comércio, que permitiria a adoção de contramedidas mesmo na ausência de violação formal do direito da UE, sendo considerado mais abrangente do que mecanismos equivalentes noutros acordos da União e distinto do regime da OMC. O Parlamento alerta para o risco de este mecanismo ser utilizado para **pressionar a União a alterar ou suspender legislação em áreas sensíveis como a proteção do clima e do ambiente, a saúde pública, a segurança alimentar ou a proibição de determinados pesticidas**, sublinhando ainda divergências de interpretação entre a Comissão e o Governo brasileiro quanto ao seu âmbito temporal. São igualmente destacados os potenciais impactos negativos sobre o princípio da precaução, os níveis de proteção consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais, bem como o efeito dissuasor que a contestação da legislação europeia perante painéis de arbitragem pode ter sobre a autonomia da ordem jurídica da União e a responsabilização democrática.

Na parte dispositiva, o Parlamento Europeu:

1. Manifesta **sérias reservas jurídicas quanto à compatibilidade da divisão** do acordo UE–Mercosul em dois instrumentos distintos com o artigo 218.º do TFUE, com o princípio da atribuição, o equilíbrio

institucional e a cooperação leal, bem como quanto ao impacto dessa opção nos direitos dos parlamentos nacionais.

2. Expressa preocupações substanciais quanto ao mecanismo de reequilíbrio e aos seus potenciais efeitos sobre a capacidade da UE de manter elevados níveis de proteção em matéria de saúde, ambiente, consumidores e direitos fundamentais.
3. Receia que o princípio da precaução seja comprometido, inclusive pela possibilidade de apreciação da sua aplicação por painéis de arbitragem externos à ordem jurídica da UE.
4. Decide solicitar formalmente um parecer ao Tribunal de Justiça da União Europeia, ao abrigo do artigo 218.º, n.º 11, do TFUE, sobre a compatibilidade do Acordo de Parceria UE–Mercosul e do Acordo Provisório sobre comércio, bem como do procedimento seguido para a sua celebração, com os Tratados da União.

Apesar do debate em torno da aplicação provisória do acordo UE–Mercosul, do ponto de vista jurídico, é **possível à Comissão Europeia aplicar provisoriamente o acordo com um ou mais países do Mercosul (Argentina, o Brasil, Paraguai e Uruguai) que tenham concluído os respetivos processos de ratificação**, sem aguardar o voto final de consentimento do Parlamento Europeu. A base jurídica no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) que permite a aplicação provisória de um acordo internacional, incluindo acordos comerciais, é o artigo 218.º, n.º 5.

Artigo 218.º, n.º 5, TFUE (síntese):

O Conselho pode autorizar a assinatura de um acordo internacional e, se for caso disso, decidir a sua aplicação provisória, antes da entrada em vigor, quando o acordo o preveja ou quando tal seja considerado necessário.

Em termos práticos, isto significa que:

- a aplicação provisória é uma decisão do Conselho, sob proposta da Comissão Europeia;
- pode abranger apenas as matérias da competência da União (no caso de acordos mistos, exclui as competências dos Estados-Membros);
- não depende do consentimento final prévio do Parlamento Europeu, embora este mantenha integralmente o seu direito de aprovar ou rejeitar o acordo para a sua entrada em vigor definitiva.

5. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - DESTAQUES

Teve lugar esta semana a sessão plenária do PE, destacando-se:

Relatórios anuais sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia

O **Parlamento Europeu** aprovou, em sessão plenária, os seus relatórios anuais sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia, defendendo uma resposta firme, unida e decisiva a qualquer forma de coerção dirigida contra Estados-Membros (detalhe [aqui](#), com ligação para os textos). Advoga-se uma resposta firme, unida e decisiva a qualquer forma de coerção dirigida contra Estados-Membros e condenando o recurso a ameaças comerciais unilaterais e à intimidação económica, em particular quando incompatíveis com o direito internacional e com os princípios de cooperação entre aliados. Os Deputados sublinham que a Gronelândia não deve ser instrumentalizada para dividir a União e alertam para um contexto geopolítico marcado por um “*arco de instabilidade*” em torno da Europa, do Leste europeu ao Médio Oriente, ao Sahel e ao Ártico, chamando a atenção para o desfazamento entre o peso económico da UE e a sua influência política global. Neste quadro, o Parlamento considera o alargamento da União um investimento geoestratégico essencial para a segurança e a

estabilidade regionais e, no que respeita à Ucrânia, apoia uma solução diplomática, rejeitando qualquer acordo que legitime a agressão russa ou comprometa a segurança europeia.

No domínio da segurança e da defesa, o Parlamento entende que a deterioração do ambiente estratégico exige um reforço substancial das capacidades europeias, maior coordenação entre os Estados-Membros e um aumento do investimento em defesa, bem como a capacidade de atuação autónoma da União ao abrigo da cláusula de assistência mútua prevista no artigo 42.º, n.º 7, do TUE, em complementaridade com a NATO. Os relatórios manifestam preocupação com a crescente imprevisibilidade da política externa dos Estados Unidos, incluindo abordagens mais transacionais e pressões sobre interesses europeus, apelando a um planeamento de contingência e ao reforço da autonomia estratégica da UE, sem pôr em causa a parceria transatlântica. Os relatores sublinham ainda a necessidade de fortalecer as parcerias globais da União, melhorar a sua capacidade de dissuasão e assegurar uma utilização mais coerente e eficaz dos instrumentos externos da UE.

Acordo comercial UE-EUA - suspensão

Os negociadores do Parlamento Europeu decidiram suspender as negociações em curso sobre a concretização, na União Europeia, de parte do acordo comercial UE–Estados Unidos concluído em julho de 2025, nomeadamente no que respeita à redução e eliminação de direitos aduaneiros sobre determinados produtos americanos (detalhe [aqui](#)). A decisão foi anunciada em Estrasburgo por Bernd Lange, relator permanente para as relações UE–EUA, num contexto de crescente tensão política após ameaças reiteradas do Presidente norte-americano Donald Trump relativas à anexação da Gronelândia.

A decisão foi tomada com base num consenso alargado entre os grupos PPE, S&D, Renew Europe, Verdes/ALE, A Esquerda e Patriotas pela Europa e implicou o adiamento do voto na comissão do Comércio Internacional (INTA). Para além do congelamento das negociações, Bernd Lange defendeu a necessidade de avançar com instrumentos de resposta mais robustos, incluindo a reativação de contramedidas comerciais sobre produtos norte-americanos até 93 mil milhões de euros e o eventual recurso ao instrumento anti-coerção da UE (explicação sobre este instrumento [aqui](#)).

Debate sobre o Conselho Europeu de dezembro

Os Deputados ao Parlamento Europeu fizeram o balanço do Conselho Europeu de dezembro e debateram o reforço da soberania e da resiliência da União numa troca de impressões com o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (detalhe [aqui](#)). António Costa sublinhou a centralidade do direito internacional, da integridade territorial e do multilateralismo na ação externa da UE, reafirmou a solidariedade com a Dinamarca e a Gronelândia, advertiu contra novas tarifas prejudiciais às relações UE–EUA e reiterou a disponibilidade da União para se defender de qualquer forma de coerção, mantendo um diálogo construtivo com os Estados Unidos, defendendo ainda o acordo UE–Mercosul como “*histórico*” e destacando o mercado interno, a simplificação administrativa, a soberania digital e a proteção das crianças no espaço digital. Num contexto de “*mudança sísmica*” da ordem internacional, Ursula von der Leyen defendeu uma atuação europeia mais determinada, anunciou reforços do investimento e da cooperação em matéria de segurança, reiterou que o futuro da Gronelândia cabe exclusivamente ao seu povo e reafirmou o apoio à Ucrânia até uma paz justa e duradoura, incluindo através de um fundo de 90 mil milhões de euros, enquanto, no debate, vários Deputados salientaram a necessidade de defender a ordem internacional baseada em regras, reforçar a autonomia estratégica e recorrer a instrumentos como o mecanismo anti-coerção.

Moção de censura da Comissão Europeia

O Parlamento Europeu rejeitou, em 22 de janeiro, uma moção de censura à Comissão Ursula von der Leyen II, apresentada pelo grupo PFE contra a assinatura do acordo UE–Mercosul, com 165 votos a favor, 390 contra e 10 abstenções, contando o apoio sobretudo dos grupos PFE e ENS e de algumas delegações nacionais.

6. ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA - RELATÓRIO DO PE

Na apresentação do projeto de relatório do Comité Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia, o relator Tomas Tobé afirmou que a iniciativa representa “*um passo importante*”, mas advertiu que “*o nível de ambição da Comissão ainda não corresponde à dimensão da ameaça que enfrentamos*”, num contexto de riscos “*cada vez mais sofisticados e coordenados*” associados à manipulação estrangeira da informação, à desinformação e às interferências híbridas (detalhe [aqui](#)). Defendendo que a proteção da democracia é uma tarefa estratégica de longo prazo, sustentada por vontade política e recursos adequados, propôs uma agenda de reformas centrada na capacidade operacional, na responsabilização e na preparação, incluindo a criação de um centro europeu para a resiliência democrática com mandato claro, governação definida e meios próprios, bem como o reforço da integridade eleitoral, da aplicação da legislação digital, da proteção das infraestruturas eleitorais, do apoio aos países candidatos, da integração da preparação contra ameaças híbridas e do investimento na resiliência societal e no próximo quadro financeiro plurianual, para assegurar a continuidade democrática em contextos de crise.

7. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 19 de janeiro - [Eurogrupo](#); 20 de janeiro - [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); 21 a 23 de janeiro - [Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos](#).

8. AGENDA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [29 de janeiro](#), destacando-se: *Estratégia Europeia para a Migração e o Asilo; Estratégia da UE em matéria de Política de Vistos; Relatório Anual 2026 sobre o Mercado Interno e a Competitividade*.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 26 de janeiro - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 27 de janeiro - [Cimeira UE-Índia](#); 29 de janeiro - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Reunião informal dos ministros da Educação](#).

Estrasburgo | 23 de janeiro de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)